

# A COMPOSIÇÃO REAL DA PROPOSIÇÃO MENTAL OCKHAMIANA

*Ernesto Perini-Santos*

UFMG\*

## I

A linguagem mental (LM) tem um papel central na semântica ockhamiana: as propriedades semânticas das linguagens convencionais, i.e. das linguagens escrita e falada,<sup>1</sup> são derivadas de propriedades da LM. Em certa medida, encontramos aqui uma lição aristotélica, do início do *De Interpretatione*, ou antes uma lição aristotélico-boeciana, derivada da tradução e do comentário de Boécio a este texto aristotélico,<sup>2</sup> em geral aceita pelos medievais. Esta tese geral pode ser apresentada, de um modo um tanto vago, pela teoria da imposição: uma expressão vocal recebe sua significação, tornando-se uma palavra, pela atribuição arbitrária (*ad placitum*) de um significado a partir de um conceito mental cuja significação não é arbitrária. A teoria da imposição, ela mesma mais diversa do que sugere esta breve apresentação, não é toda a teoria ockhamiana da LM. Em particular, é importante observar, seguindo os trabalhos fundamentais de Claude Panaccio, que a

---

(\*) Este artigo resultou de uma pesquisa financiada por uma bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

(1) Neste artigo, utilizarei indiferentemente a linguagem escrita e a linguagem falada como exemplos de linguagem convencional - do ponto de vista do problema tratado elas, são intercambiáveis.

(2) ARISTÓTELES. *De Interpretatione*, I, 16a3-9 [*On Interpretation*, transl. H. P. COOKE, *Loeb Classical Library*, Cambridge, MA; Harvard University Press, 1938]. Sobre a tradução e a interpretação boecianas do início do *Peri hermeneias*, ver MAGEE, John. *Boethius on Signification and Mind*, Leiden ; Brill, 1989.

inovação ockhamiana reside na aplicação à LM do arsenal teórico da teoria da suposição, de maneira a tornar possível a descrição do pensamento como uma linguagem estruturada.<sup>3</sup>

Se o papel teórico da LM na filosofia ockhamiana é claro e boa parte dos problemas a ela relacionados já foram suficientemente tratados na literatura, há um ou dois pontos relativos à composição real da proposição mental que, acredito, merecem um exame um pouco mais detido. O objetivo deste artigo é levantar estes problemas e, à luz de uma exposição de alguns aspectos básicos da teoria da LM, propor uma solução, ou pelo menos apontar como eles podem ser abordados no quadro da filosofia ockhamiana.

## II

Qual é a composição real de uma proposição mental?<sup>4</sup> Partindo de uma proposição escrita,<sup>5</sup> por exemplo 'Guilherme é inglês', uma análise puramente mecânica permite o reconhecimento de três elementos, 'Guilherme', 'é' e 'inglês'. Existem aqui três entidades reais, materiais e separáveis – não é necessário a intervenção da onipotência divina, o uso cuidadoso de uma tesoura é suficiente. Como descrever desta forma uma proposição mental?

Pode-se pensar inicialmente que não há nada de específico à estrutura da proposição mental, e, portanto, que um procedimento análogo poderia ser aplicado para responder esta pergunta. A semelhança estrutural parece decorrer do pa-

---

(3) Ver sobretudo PANACCIO, Claude. *Le Discours Intérieur – de Platon à Guillaume d'Ockham*, Paris ; Seuil, 1999.

(4) Neste texto, utilizo termo 'proposição' como sinônimo de 'frase', traduzindo o termo latino '*propositio*', separando-me do uso corrente de 'proposição' como uma entidade abstrata expressa por uma frase (ou pela enunciação de uma frase) e dela distinta.

(5) As expressões 'proposição escrita', 'linguagem escrita', 'proposição falada' e 'linguagem falada' indicam no texto linguagens convencionais, e o que dito sobre uma delas pode ser dito sobre a outra, feitos os ajustes evidentes - ninguém pensaria em cortar com uma tesoura uma proposição falada.

pel teórico da LM como origem da intencionalidade das linguagens escrita e falada, que só significam algo por sua associação a expressões da LM. Não é outra a razão pela qual diferentes categorias de termos se encontram nas três linguagens. De onde se poderia derivar diferenças nas significações das proposições escritas, senão de diferenças nas significações das proposições mentais correspondentes? Esta é a lição mesma do caráter derivado da intencionalidade de proposições escritas. E se duas proposições escritas diferem pela modificação de um elemento apenas, por exemplo, 'Guilherme é inglês' e 'Guilherme é francês', ou ainda 'Guilherme é inglês' e 'Guilherme foi inglês', os elementos de cada proposição devem se encontrar na proposição mental ela mesma.

Este raciocínio sugere que se pode encontrar de maneira relativamente direta a estrutura da proposição mental, a partir do reconhecimento da estrutura da proposição escrita: o que a tesoura cortar no papel corresponderá a diferentes partes da sua contraparte mental. O que está em jogo aqui não é apenas a correspondência entre diferentes linguagens, mas o fato dela se verificar de maneira atomista, termo a termo.<sup>6</sup>

### III

O paralelismo estrutural é parte essencial da teoria da LM, mas ele não é tão imediato quanto pode parecer à primeira vista. Pelo menos dois aspectos

---

(6) "Dico autem voces esse signa subordinata conceptibus seu intentionibus animae, non quia proprie accipiendo hoc vocabulum 'signa' ipsae voces semper significant ipso conceptus animae primo et proprie, sed quia voces imponuntur ad significandum illa eadem quae per conceptus mentis significantur, ita quod conceptus primo naturaliter significat aliquid et secundario vox significat illud idem, in tantum quod voce instituta ad significandum aliquid significatum per conceptum mentis, si conceptus ille mutaret significatum suum eo ipso ipsa vox, sine nova institutione, suum significatum permutaret.", GUILHERME DE OCKHAM. *Summa Logicae*, ed. BOEHNER, Ph., GÁL, G. e BROWN, S. St. Bonaventure, NY ; St. Bonaventure University, 1974, (doravante 'SL'), I, 1, l. 26-34, p. 7-8. Ver também *Expositio in Librum Perihermenias Aristotelis*, ed. A. GAMBATESE e S. BROW, St. Bonaventure, NY ; St. Bonaventure University, 1978 (doravante, 'Exp. Per. '), I, Prooe., 2, l. 8-42, p. 347-348.

impedem a simples associação entre as três linguagens. O primeiro deles nos lembra que a LM é uma construção teórica, à qual não temos acesso diretamente, por exemplo, por introspecção. Existe um princípio teórico que determina o que pertence à LM e portanto o que constitui uma proposição mental, enquanto as linguagens escrita e falada nos são diretamente acessíveis. De fato, chegamos à estrutura da LM precisamente a partir de diferenças nas linguagens convencionais que cada um compreende imediatamente.<sup>7</sup> A segunda limitação à associação direta entre as três linguagens vem da diferença entre uma descrição semântica e uma descrição de processos mentais. Dizer que a semântica descreve algo que tem uma realidade psicológica não é o mesmo que dizer que esta realidade é descrita pela análise semântica – esta última pode, por exemplo, determinar condições de adequação para uma descrição psicológica, sem propriamente realizá-la. Estas duas limitações à semelhança estrutural entre linguagens convencionais e a LM estão ligadas: uma certa indeterminação do critério de constituição da LM deixa alguma indeterminação quanto ao que participa de uma teoria da mente, mas esta indeterminação não explica toda a diferença que pode haver entre os dois tipos de linguagem.

Para examinar a constituição da proposição mental, vamos partir dos critérios de identificação dos elementos da LM. Ockham discute em mais de um lugar quais são os elementos da linguagem falada que pertencem à LM. Na *Summa Logicae*, a primeira lista é apresentada sem justificção:

De fato, assim como entre as palavras faladas algumas são nomes, outras, verbos, outras são partes - porque algumas são pronomes, outras participios, outras advérbios, outras

---

(7) Uma observação de Maloney sobre a teoria contemporânea do mentalês (i.e., da LM) vale para Ockham: "So it would be wrong to suppose that Sententialism is in any way committed to the view that agents must be aware of the concepts of all the Mentalese sentences they deploy, much less the Mentalese sentences themselves. These last are thoroughly theoretical structures, structures not guaranteed to be within the immediate introspective detection of the agents in whom they occur.", MALONEY, J. Christopher. *The Mundane Matter of the Mental Language*, Cambridge ; Cambridge University Press, 1989, 19.

conjunções, outras preposições -, de modo inteiramente similar quanto às escritas, assim entre as intenções da alma, algumas são nomes, outras, verbos, outras são partes, porque algumas são pronomes, outras advérbios, outras conjunções, outras preposições.<sup>8</sup>

Não é difícil justificar esta primeira lista a partir do critério utilizado na discussão de casos litigiosos. O caso de verbos e participios é explicado do seguinte modo:

Pode, porém, ser dúbio se aos participios falados e escritos correspondem na mente algumas intenções distintas dos verbos, porque não parece haver grande necessidade de pôr tal pluralidade nos termos mentais. De fato, o verbo e o participio tomado com o verbo 'é' parecem sempre equivaler no significar.<sup>9</sup>

Como verbos e participios unidos ao verbo 'esse' (em português, o melhor equivalente aqui é 'estar'), numa linguagem convencional (ou pelo menos na língua da qual parte Ockham, o latim), são sempre equivalentes em significação, eles não são associados a conceitos diferentes. Antes de me ocupar deste caso, vou analisar outros tipos de exemplo.

De fato, pode-se perder de vista um aspecto fundamental da LM, se nos retringirmos aos casos examinados por Ockham. O *Venerabilis Inceptor* ocupa-se

---

(8) "Nam sicut vocum quaedam sunt nomina, quaedam sunt verba, quaedam sunt aliarum partium, quia quaedam sunt pronomina, quaedam participia, quaedam adverbia, quaedam coninunctiones, quaedam propositiones, et consimiliter de scriptis, sic intentionum animae quaedam sunt nomina, quaedam sunt verba, quaedam sunt aliarum partium, quia quaedam sunt pronomina, quaedam adverbia, quaedam coninunctiones, quaedam praepositiones.", SL, I, 3, l. 5-12, p. 11 ; tradução: *Lógica dos Termos*. Coleção Pensamento Franciscano, v. III, Porto Alegre ; EDIPUCRS-UFS, (doravante, 'trad. Fleck'), 122.

(9) " Utrum autem participiis vocalibus et scriptis correspondeant in mente quaedam intentiones a verbis distinctae potest esse dubium, eo quod non videtur magna necessitas talem pluralitatem ponere in mentalibus terminis. Nam verbum et participium verbi sumptum cum hoc verbo 'est' semper videntur in significando aequivalere.", SL, I, 3, l. 13-17, p. 11; trad. Fleck, 122-123. Ver também *Quodlibeta Septem*, ed. J. C. WEY, S., St. Bonaventure, NY: St. Bonaventure University, 1980 (doravante, 'Quod.'), V, q. 8, l. 119-129, p. 512-513.

em reconhecer traços da LM apenas a partir de palavras, ou seja, sons vocais aos quais já se atribuiu um significado. Um papel central da LM é no entanto o de formar, a partir de uma seqüência sonora, uma palavra. Vejamos, então, um teste num certo sentido mais básico. Seja a seqüência sonora 'buba' (um exemplo comum entre os medievais). Perguntamos se 'buba' significa alguma coisa; 'buba' não significa nada. A seqüência sonora 'buba' não é significativa porque não está associada a conceito algum, não existe conceito a ela associado na LM. Uma expressão numa linguagem convencional é significativa se e somente se for associada a um conceito mental.<sup>10</sup> O bicondicional indica uma coincidência extensional entre expressões significativas das linguagens convencionais e elementos da LM, ele não reflete no entanto a ordem do argumento, que vai da esquerda para a direita, nem a ordem explicativa, da direita para a esquerda. Neste tipo de situação, a determinação de elementos da LM é direta: partimos de um exemplo numa linguagem convencional, perguntamos se ele é significativo e em seguida tiramos uma conclusão sobre a constituição da LM. A ordem explicativa vai no sentido inverso: um elemento convencional é significativo porque é associado a um conceito.

Os exemplos de Ockham são de outro tipo, eles partem sempre de palavras, portanto de seqüências sonoras significativas. A partir deles, nunca chegaremos a uma resposta igual à obtida acima, i.e., que a uma dada forma sonora ou escrita não corresponda conceito algum, pois toda palavra corresponde a algum conceito. Uma seqüência sonora ou escrita não associada a conceito algum, como 'buba', não é uma palavra. Sobre palavras, há outros tipos de pergunta. O primeiro, como vimos acima, diz respeito à existência de verbos e de participios na LM – voltarei a ele ao final desta seção. O segundo tipo de exemplo ockhamiano, cujo critério é formulado em termos de condições de verdade, procura identificar os acidentes gramaticais dos substantivos e dos verbos que pertencem à LM.

---

(10) Tomo 'significar' aqui no sentido mais amplo (SL, I, 33, l. 27-35, p. 96 ; Exp. Per., I, 1, 1, l. 57-60, p. 379), precisamente aquele que exclui 'buba', uma *vox non significativa* (Exp. Per., I, 1, 1, l. 23-24, p. 378).

Pelo que já foi dito, um espírito atento pode concluir com evidência que, embora algumas vezes uma proposição possa ser verificada e outra falsificada pela mera variação dos acidentes dos termos, a saber: caso, número e comparação, devido à coisa significada, isto nunca acontece em razão do gênero e da figura.<sup>11</sup>

Duas frases que variem apenas pelo número de um de seus termos podem ter valor de verdade diferentes, por exemplo *'homo est animal'* e *'homo est animalia'*. Este não é o caso de duas frases como *'homo est albus'* e *'homo est alba'*; a primeira frase é gramatical (*congrua*), mas não a segunda. Se considerarmos a segunda frase como gramatical, ela terá as mesmas condições de verdade que a primeira, por esta razão, o acidente do gênero não pertence a termos na LM. Este critério pode ser apresentado do seguinte modo: duas proposições faladas tendo como única diferença um traço relativo a um acidente gramatical *F*, *salva congruitate*, têm condições de verdade diferentes se e somente se *F* pertencer aos termos mentais.<sup>12</sup> Encontramos mais uma vez um bicondicional significando, de um lado, que todo acidente gramatical pertencente a termos da LM se reflete nas condições de verdade de proposições das linguagens convencionais, e, por outro, que só pertencem à LM acidentes das linguagens convencionais que se refletem nas condições de

---

(11) "Per praedicta autem potest studiosus evidenter perpendere quod quamvis aliquando ex sola variatione accidentium terminorum, scilicet casus, numeri et comparationis, propter tamen rem significatam, potest propositio una verificari et alia falsificari, hoc tamen nunquam accidit propter genus et figuram.", SL, I, 3, l. 57-61, p. 13 ; trad. Fleck, 124 [modificada]. Ver também Quod., V, q. 8, l. 70-74, p. 511.

(12) Contextos citacionais, no vocabulário medieval, nos quais um termo é tomado em suposição material, como é habitualmente o caso em teorias do significado, constituem uma exceção a este critério. É interessante observar a suposição simples, um tipo de suposição não significativa segundo a análise ockhamiana, e assim de certa forma um contexto citacional, parece poder passar por este critério, pelo menos em alguns casos ; 'cachorro é uma espécie' e 'cão é uma espécie' têm as mesmas condições de verdade. O caráter reflexivo deste tipo de suposição, que remete precisamente ao conceito associado à palavra, torna este critério inócuo, já que frases deste tipo tratam diretamente da LM. O reconhecimento da especificidade de contextos oblíquos e citacionais parece poder fornecer uma res-

verdade das frases.<sup>13</sup> Aqui também há uma equivalência extensional e a ordem do argumento, da esquerda para a direita, das linguagens convencionais para a LM, é o inverso da ordem explicativa, da direita para esquerda, da LM para as linguagens convencionais.

A situação é diferente do caso de 'buba'. O argumento, mais uma vez, parte da linguagem falada para a LM: o acidente do gênero, que distingue 'albus' e 'alba', não produz diferença nas condições de verdade de frases que diferem apenas por estes dois termos, *salva congruitate*, logo o acidente do gênero não existe na LM. O resultado não é que alguma expressão falada não tem correspondente na LM – as formas escritas 'homo', 'est', 'albus' e 'alba' correspondem todas a conceitos<sup>14</sup> –, mas que um traço de expressões faladas não existe em conceitos que lhes são correspondentes. É claro que alguns traços da linguagem escrita pertencem à LM (por exemplo, aquilo que significam os termos da frase 'homens são mamíferos'), outros não, (por exemplo, o tipo de caractere da frase acima). Este critério permite a decisão do que pertence aos constituintes da LM em casos litigiosos.

O exemplo que mencionei acima, de verbos e construções com participios e o verbo 'esse', está mais próximo do segundo tipo de caso. Certamente todas palavras que compõem as frases escritas 'Socrates currit' e 'Socrates est currens' estão associadas a conceitos, por isto são palavras. Estas frases são certamente diferentes de 'Socrates est buba', cuja última seqüência de marcas escritas, 'buba', nada significa, e, portanto, a seqüência ela mesma não tem condições de verdade, não saberíamos que frase poderia lhe ser equivalente. Esta lição não deve ser esquecida: se

---

posta ao argumento proposto por Tyler Burge a Marylin Adams (ADAMS, Marilyn. *William Ockham*, Notre Dame ; University of Indiana Press, 1987, 292), que sugere uma individuação mais fina da LM.

(13) "... omne quod accidit termino mentali accidit termino vocali sed non e converso, quia aliqua accidunt terminis vocalibus propter necessitatem significationis et expressionis, et illa conveniunt terminis mentalibus; alia accidunt terminis vocalibus propter ornatum sermonis, sicut synonyma, et propter congruitatem, et illa non conveniunt terminis mentalibus.", Quod., V, q. 8, l. 130-136, p. 513.

(14) Não considerarei aqui o delicado problema dos sincategoremas mentais – trata-se em todo caso de uma questão diferente da que me ocupa agora.



uma parte de uma das seqüências escritas '*Socrates currit*' e '*Socrates est currens*' não tivesse um correspondente na LM, esta parte não seria uma palavra, assim como 'buba', e não poderíamos saber o significado nem a que seria equivalente a seqüência de marcas escritas em que ela aparece.

Ockham diz que não é necessário postular na LM intenções (*intentiones*) distintas para verbos e particípios tomados com o verbo '*esse*', pois um e outro parecem sempre equivalentes em significação (*semper videntur in significando equivalere*). Diferentemente do critério relativo a acidentes gramaticais, a identificação de traços na LM a partir de linguagens convencionais exige o reconhecimento da equivalência de significação, e não da variação de condições de verdade de frases escritas e faladas. Estes dois testes são para Ockham equivalentes, nenhuma dificuldade lhe parece advir da noção de equivalência de significação.

A inexistência da diferença, na LM, entre verbos e particípios tomados com o verbo '*esse*', vem do seguinte critério: duas frases faladas *p* e *q*, diferindo apenas pelos elementos *a* e *b*, são equivalentes em significação, *salva congruitate*, se e apenas se *a* e *b* não diferirem na LM. Reencontramos aqui um bicondicional com o mesmos traços observados acima. Duas frases que diferem apenas pela presença de um verbo e de um particípio tomado com o verbo '*esse*', por exemplo, '*Socrates currit*' e '*Socrates est currens*', significam o mesmo, logo '*currit*' e '*est currens*' correspondem ao mesmo conceito.

Assim como no segundo caso examinado, e não como na primeira situação, tratamos apenas de palavras. Diferentemente das outras situações, no entanto, parece que somos levados a alguma indeterminação quanto à constituição da LM. No primeiro caso, chegamos à conclusão que não existe conceito algum associado a 'buba'; no segundo caso, estabelecemos que termos na LM não têm alguns acidentes que pertencem aos termos das linguagens convencionais, por exemplo o gênero. Aqui, vemos que na LM não existem conceitos diferentes para verbos e particípios tomados com o verbo '*esse*'. Devemos concluir que existem na LM verbos ou particípios tomados com o verbo '*esse*'? O critério de constituição da LM não permite dizer se nela existem apenas verbos ou apenas particípios, mas que ambos estão associados ao mesmo conceito. Se uma das duas categorias não fosse

associada a conceitos, não seria significativa, como 'buba', o que evidentemente não é o caso; não podemos tampouco associar esta situação ao argumento relativo aos acidentes gramaticais, já que são construções com palavras diferentes, e não traços de palavras. Não parece haver um argumento que permitisse escolher uma das duas estruturas, em detrimento da outra.

Parece no entanto que esta não é uma boa consequência para a teoria ockhamiana. Segundo Marilyn Adams, o *Venerabilis Inceptor* escolheu verbos como componentes da LM, em detrimento de construções com participios e o verbo 'esse', e esta escolha foi errônea.<sup>15</sup> Ora, não apenas ele não fez esta escolha, como não há razão, na sua teoria, para preferir a outra situação. A indicação da escolha ockhamiana aparece, segundo Adams, no trecho que citamos acima:

Pode, porém, ser dúbio se aos participios falados e escritos correspondem na mente algumas intenções distintas dos verbos, porque não parece haver grande necessidade de pôr tal pluralidade nos termos mentais. De fato, o verbo e o participio tomado com o verbo 'é' parecem sempre equivaler no significar.<sup>16</sup>

Ora, este texto diz apenas que não é necessário supor conceitos diferentes para verbos e participios. A diferença sendo uma propriedade simétrica, dizer que o conceito de participio não é diferente do conceito de verbo é equivalente a dizer que o conceito de verbo não é diferente do conceito de participio. Ockham não diz que não existem participios na LM, mas que o conceito de participio associado ao verbo 'esse' não é diferente do conceito de verbo.

Mas se Ockham não fez esta escolha, será que ele não deveria ter escolhido a participios com o verbo 'esse'? Esta é a melhor via, segundo Adams, porque asso-

---

(15) Adams, *op. cit.*, 292-294. Adams segue aqui o artigo pioneiro de Trentman, que associa a LM a linguagens ideais; cf. TRENTMAN, John. Ockham on Mental. *Mind*. 79 (1970), 586-90.

(16) SL, I, 3, l. 13-17, p. 11; trad. Fleck 122-123. O texto de Quod., V, q. 8, l. 119-129, p. 512-513 talvez seja mais claro sobre este ponto.

cia a LM à estrutura mais completamente articulada (*the most fully articulated structure*) das linguagens convencionais. Desta forma, diz Adams, poder-se-ia reconhecer expressões em diferentes contextos e preservar mais relações lógicas entre partes de expressões complexas. Nada nos critérios de constituição da LM exige no entanto um tal esforço de articulação da estrutura. Nenhum dos argumentos relativos ao reconhecimento de elementos da LM e de suas características procura preservar a mesma expressão no maior número de contextos possíveis, ou ainda tornar o mais explícito possível a estrutura lógica de sentenças – basta explicar como expressões são significativas, e isto não exige a determinação de uma notação canônica para LM.

Pertencem às proposições mentais os conceitos que são necessários e suficientes para explicar o caráter significativo das proposições faladas e escritas. De certa forma, a forma da linguagem mental é sub-determinada por estes critérios, se, como Adams, se espera, por exemplo, a escolha entre participípios e verbos como componentes da LM. Mas esta observação negativa só é pertinente se se pensa que é necessário a construção de uma linguagem canônica equivalente à LM. Mas uma tal forma canônica não é necessária. A LM deve explicar como as palavras das linguagens convencionais são signos lingüísticos, como significam aquilo que significam; ela fornece a base natural a partir da qual signos convencionais podem ser instituídos. Uma vez determinado que tal seqüência sonora é significativa, ou que tal acidente gramatical faz uma diferença na significação do termo ao qual ele é associado, são estabelecidos elementos e estruturas da LM, mas não qual é sua melhor apresentação numa linguagem convencional qualquer. Não há sentido em se perguntar, do ponto de vista ockhamiano, qual das duas frases, '*Socrates currit*' e '*Socrates est currens*', representa melhor a frase mental correspondente, ambas estão associadas à mesma frase mental, porque ambas têm a mesma significação. Não há razão para se ir além disto. Se não há exatamente uma indeterminação da constituição da LM, uma vez abandonada a expectativa de Adams de escolha de uma linguagem canônica correspondente a esta teoria ockhamiana, não existe uma apresentação convencional privilegiada.

IV

Nas seções precedentes, procurei mostrar como os critérios de constituição da LM deixam uma relativa indeterminação em relação à sua composição real, pelo menos se se espera uma decisão acerca de diferentes modos possíveis de apresentação de sua estrutura numa linguagem convencional. Não é certo contudo que esta seja uma expectativa razoável em relação à teoria ockhamiana, e em particular que a teoria que introduz a LM exija (ou mesmo permita) uma tal escolha. Há uma outra fonte de indeterminação na estrutura da LM que decorre efetivamente da teoria ockhamiana e está presente em seus textos, embora tenha sido menos notada pelos comentadores.

Termos mentais e proposições mentais são qualidades reais da mente; utilizando uma expressão de um filósofo contemporâneo, a LM é « *a mundane matter* ». <sup>17</sup> É preciso olhar o que, no mundo, é uma proposição mental. A primeira observação é que, desde a *Reportatio*, uma proposição pode corresponder a um ato simples ou a um ato complexo. Numa questão na qual apenas a teoria do conceito como *fictum* é levada em conta, o *Venerabilis Inceptor* diz que podemos inteligir muitas coisas por um único ato:

Por exemplo, quando apreendo uma proposição com extremos distintos, apreendo o sujeito e o predicado simultaneamente, e isto por um único ato; logo muitas coisas 'são apreendidas por um único ato'; logo etc. De maneira semelhante, por um único ato apreendo todo um discurso e todas suas proposições, logo etc. <sup>18</sup>

Se podemos apreender uma proposição tendo extremos diferentes por um único ato, podemos também fazê-lo quanto há apenas um extremo (uma proposi-

(17) Maloney, *op. cit.*

(18) "Putá, quando intelligo propositionem habentem extrema distincta, intelligo subiectum et praedicatum simul, et hoc uno actu; et per consequens multa; igitur etc. Et similiter uno actu intelligo totum discursum et omnes propositiones illius, igitur etc.", *Quaestiones in Librum Secundum Sententiarum – Reportatio*, ed. G. GAL e R. WOOD, St. Bonaventure, NY; St. Bonaventure University, 1981 (doravante, 'Rep., II'), q. 13, p. 279, l. 2-6.

ção com o verbo 'esse' como *secundum adiacens*) ou quando os extremos são idênticos. O que é espantoso é que uma proposição mental possa corresponder a um único ato, e mesmo que um único ato possa corresponder a muitas proposições.<sup>19</sup>

Antes de tratar desta surpreendente tese ockhamiana, deve-se observar desde já que ela nos chama a atenção para uma distinção que até aqui não havia aparecido: quando procuramos o correspondente mental de uma proposição escrita, procuramos uma correspondência de ocorrência a ocorrência, ou de tipo a tipo? Colocado de outro modo, talvez mais perspicaz: encontrando uma correspondência tipo-tipo, teremos imediatamente a correspondência ocorrência-ocorrência? Uma certa forma de entender a introdução da LM sugere uma resposta positiva a esta segunda pergunta: se o fato de termos convencionais serem significativos deriva de sua associação a termos mentais, a associação deve ser encontrada em todas as ocorrências, já que todas as ocorrências são significativas. Esta resposta, derivada unicamente de considerações semânticas, não considera o funcionamento de processos mentais.

De fato, nem sempre há uma correspondência ocorrência-ocorrência entre estruturas e morfemas das linguagens convencionais e a proposição mental correspondente. A idéia que uma proposição mental possa ser um ato simples aparece mais de uma vez nos textos ockhamianos. Ela se encontra, por exemplo, na *Ordinatio*:

... digo que uma mesma disposição (*habitus*) pode ser relativa aos princípios e às conclusões. Isto se prova: tudo em relação a que pode haver um único ato, pode haver uma única disposição. Ora, pode haver um único ato relativo às premissas e à conclusão, pois não há mais incompatibilidade em que um silogismo composto de muitos atos seja apreendido (*intelligi*) por um único ato do que que uma proposição composta de muitos

---

(19) Calvin Normore chama a atenção para este texto da *Reportatio* e diz, sem explicar, que proposições mentais são entidades que "need not literally be made up of other mental acts.", NORMORE, Calvin. *The Logic of Time and Modality in the Later Middle Ages: The Contribution of William of Ockham*, tese de doutorado, University of Toronto, 1975, 7.

termos <seja apreendida por um único ato>; mas uma proposição é apreendida por um único ato; logo etc.<sup>20</sup>

A possibilidade que uma proposição seja realmente um único ato é tomada como evidente e deve tornar plausível a idéia de que um silogismo inteiro também seja um único ato. Num certo sentido, a segunda situação parece mais clara do que a primeira; um silogismo pode corresponder a uma proposição hipotética, como dirá mais tarde o ockhamista Gabriel Biel.<sup>21</sup> Não é isto, no entanto, que visa o texto ockhamiano, ainda não sabemos como uma proposição semanticamente complexa pode corresponder a um ato mental simples. De fato, Gabriel Biel diz não compreender como uma proposição pode ser um único ato mental.<sup>22</sup>

---

(20) "... dico quod principiorum aliquorum et conclusionum potest esse idem habitus. Hoc probatur: respectu quorumcumque est natus esse unus actus, respectu eorundem potest esse unus habitus. Sed respectu praemissarum et conclusionis potest esse unus actus, quia non plus repugnat syllogismo composito ex multis propositionibus intelligi uno actu quam propositioni compositae ex multis terminis; sed propositio intelligitur uno actu; ergo etc.", Ord., Prol., q. 8, p. 218, l. 20 – p. 219, l. 2. Cf. também Ord., I, d. 1, q. 1, p. 381, 23 – p. 382, l. 3. Há uma certa oscilação nestes textos: uma proposição mental é tanto um ato pelo qual suas partes são apreendidas quanto o que é apreendido por um ato mental – Ockham utiliza até uma disjunção, falando da "*prima apprehensione sive formatione*" (Rep., II, q. 13, p. 279, l. 17-18). Não tratarei desta diferença neste texto. Deve-se observar que ela não parece poder ser associada à mudança na teoria do conceito e, de qualquer modo, não tem influência sobre o ponto examinado.

(21) "Tertium dictum est aliquando conclusionis e principiorum singulariter seu coniunctim potest esse unus habitus. patet quia totius demonstrationis potest esse unus actus. quo assentio toti demonstrationi tanquam uni propositioni. Est etiam una propositio ypothetica. ergo unus habitus.", GABRIEL BIEL, *Collectorium in IV Libros Sententiarum Guillelmi Occam*, Tübingen, 1501. [Hildsheim – New York; Georg Olms, 1977], I, q. 8, 26rb-va.

(22) Cf. GABRIEL BIEL, *Collectorium*, I, q. 1, 21va. Um tratado de lógica espanhol do século XV identifica duas situações que autorizam a introdução da cláusula '*vel equivalens*' na definição da proposição. A primeira é o caso de proposições compostas de outras proposições, mais ou menos o que diz Biel. A outra situação corresponde a casos nos quais "aliqua littera vel syllaba vel dicio vel oracio imponitur ad significandum tantum sicut aliqua propositio" (SPRUYT, Joke. A Fifteenth-Century

A discussão mais completa desta questão aparece na *Expositio* sobre o *Peri hermeneias*.<sup>23</sup> Na teoria que identifica o conceito ao ato intelectual, a proposição mental é simples ou composta? Há duas possibilidades. Uma proposição pode ser composta de muitos atos de intelecção, que correspondem ao sujeito, ao predicado e à cópula.

Ou pode-se dizer que esta proposição é um único ato equivalente a tais atos existindo simultaneamente no intelecto, e assim, segundo este modo de falar, uma proposição não é algo realmente composto, mas <é algo composto> apenas por equivalência, isto é, equivalente a um tal composto.<sup>24</sup>

Este texto fornece os termos para descrever a situação: neste caso, a proposição mental não é realmente composta, mas é equivalente a uma proposição realmente composta.

Como distinguir duas proposições como '*omne animal est album*' e '*omne album est animal*'? A ordem das palavras, que as distingue nas linguagens falada e escrita, não está disponível para a linguagem mental; há mesmo uma pequena modificação na questão, pois estes atos são ditos simultâneos num mesmo sujeito (*cum simul sint et in eodem subiecto*), e não um único ato. O problema é de certo ponto de vista o mesmo, ou ao menos a resposta pode ser a mesma.

---

Spanish Treatise on Consequences, *Vivarium*, 37 (1999), 184), observação muito comum na literatura filosófica medieval. Nenhum destes argumentos corresponde ao que Ockham tem em vista aqui.

(23) Exp. Per., I, Prooe., I, 6, l. 110-145, p. 355-356. Parece-me que Ockham remete a esta passagem em Exp. Per., I, Prooe., 9, l. 168-169, p. 369. A nota dos editores relativa a este último texto não remete ao texto correto - Ockham refere-se, no parágrafo 9 do *Prooemium*, ao texto do parágrafo 6 citado nesta nota.

(24) "Vel potest dici quod ista propositio est unus actus aequivalens talibus actibus simul existentibus in intellectu, et tunc secundum istum modum dicendi propositio non est aliquod compositum realiter sed tantum per aequivalentiam, hoc est aequivalens tali composito.", Exp. Per., I, Prooe., 6, l. 115-119, p. 356. Ver também Quod., I, 1, l. 93-106, p. 5 e III, 13, l. 20-22, p. 251.

Na verdade, existem duas respostas. Pela segunda resposta, estas proposições não têm as mesmas partes, mas são compostas de atos de intelecção diferentes, respectivamente '*omne animal*', '*est*' e '*album*' e '*omne album*', '*est*' e '*animal*'. Por esta via, não é necessário que as partes tenham ordens diferentes, pois as partes não são as mesmas. Esta solução não se aplica à situação na qual a proposição corresponde a um único ato intelectual. Pode-se pensar que esta objeção não concerne o caso considerado, pois são atos diferentes – vimos como a questão desloca um pouco o problema inicial. De qualquer modo, a primeira resposta nos mostra como uma proposição pode ser um ato mental e se distinguir de uma outra proposição, cuja forma falada contém os mesmos elementos numa ordem diferente:

Sobre isto pode-se dizer que uma proposição pode ser um ato de intelecção equivalente a toda uma proposição composta de <atos> realmente distintos, que teriam a mesma ordem que a proposição falada. Serão então proposições distintas, segundo o modo como se distinguiriam as proposições correspondentes, se suas partes ou termos tivessem ordens diferentes.<sup>25</sup>

Duas proposições mentais, '*omne animal est album*' e '*omne album est animal*', cada uma sendo *ex hypothesi* um único ato, distinguem-se pelo fato de serem correspondentes a proposições diferentes, compostas dos mesmos atos com ordens diferentes. A semântica das proposições é composicional, seu sentido depende do sentido de suas partes e de sua organização, ou das partes e da organização de uma proposição equivalente – o teste contra-factual é um modo de indicar a equivalência. A composicionalidade semântica não implica no entanto uma estrutura complexa real.

---

(25) "Ad istud potest dici quod propositio potest esse actus intelligendi aequivalens toti uni propositioni compositae ex realiter distinctis, si talem ordinem haberent qualem habent in voce. Et tunc erunt propositiones distinctae secundum quod distinguerentur propositiones correspondentes si termini earum seu partes aliter et aliter ordinerentur.", Exp. Per., I, Prooe., 6, l. 129-133, p. 356.



As *Quaestiones in libros physicorum*, retomando os mesmos argumentos, afirma claramente a conclusão:

E quando se diz que toda proposição é composta de sujeito, predicado e cópula, respondo: isto é verdadeiro de proposições faladas e escritas. No entanto, certas proposições mentais são compostas de sujeito, predicado e cópula, e outras são equivalentes a tais composições.<sup>26</sup>

A conclusão é a mesma do comentário ao *Peri hermeneias*: uma proposição mental pode ser composta de muitos atos ou ser um ato simples, e, sendo um ato mental simples, é equivalente a uma proposição realmente composta.

Uma outra passagem do comentário ao *Peri hermeneias* mostra explicitamente a equivalência entre uma proposição com dois elementos (sujeito e verbo) e uma proposição com três elementos (sujeito, cópula e predicado):

... em toda enunciação categórica, há um sujeito, um predicado e uma cópula, ou um verbo equivalente ao predicado e à cópula, o que se deve acrescentar em razão de proposições como 'um homem corre' e 'Sócrates discute', assim como de outros casos.<sup>27</sup>

A segunda parte da disjunção diz que, em algumas proposições categóricas, há um verbo equivalente a um predicado e a uma cópula (*est unum verbum aequivalens praedicato et copulae*), e não que, nestes casos, há realmente uma cópula

---

(26) "Et quando dicitur quod omnis propositio componitur ex subiecto et praedicato et copula, respondeo: verum est de propositionibus prolatis et scriptis. Propositio autem mentalis aliqua componitur ex subiecto et praedicato et copula, et aliqua erit aequivalens tali composito.", *Quaestiones in Libros Physicorum Aristotelis*, ed. S. BROWN, St. Bonaventure, NY: St. Bonaventure University, 1984, q. 6, l. 115-119, p. 410.

(27) "... in omni enuntiatione categorica est subiectum, praedicatum et copula, vel est unum verbum aequivalens praedicato et copulae, quod est dicendum propter tales propositiones 'homo currit', 'Sortes disputat', et sic de aliis.", *Exp. Per.*, I, 5, 7, l. 30-33, p. 396.

e um predicado, digamos, na proposição mental correspondente. De fato, o parágrafo tem a mesma estrutura que a discussão sobre a composição real da proposição, com uma disjunção e equivalência entre os dois casos.

Talvez este seja o texto ockhamiano que chega mais próximo da escolha de uma entre as duas formas proposicionais. Adams vê aí uma razão para se considerar a forma sujeito-cópula-predicado como « *more canonical* », o que, segundo sua interpretação, se oporia à forma da proposição mental.<sup>28</sup> Este texto no entanto está muito próximo dos textos citados acima, com uma disjunção e uma classe de equivalência entre proposições, que dizem precisamente que uma proposição real não é necessariamente composta de dois ou de três elementos.

Pode-se ler neste texto o privilégio, na análise semântica, da estrutura sujeito-cópula-predicado. De fato, ao separar os componentes sincategoremáticos (no mínimo a cópula, eventualmente com outros elementos), que determinam o modo de seleção dos *supposita* dos extremos, dos componentes categoremáticos (considerando apenas proposições com ambos os extremos tomados em suposição pessoal), o sujeito e o predicado (eventualmente apenas o sujeito, se se tratar de uma proposição com o verbo 'esse' como *secundum adiacens*), o mecanismo de determinação da denotação da proposição é mais claramente explicitado.<sup>29</sup> Esta é a razão pela qual um verbo é sempre equivalente a uma cópula unida a um predicado. Se é clara a motivação para esta análise no quadro da teoria da suposição, contrariamente ao que parece fazer, por exemplo, Buridan,<sup>30</sup> Ockham não passa daí à identificação da forma da proposição mental – o texto citado ele mesmo se limita a identificar uma classe de proposições equivalentes.

---

(28) Adams, *op. cit.*, 389.

(29) Esta é a posição, por exemplo, de João Buridan; ver, entre outros, JOÃO BURIDAN. *Questiones Longe Super Librum Perihermeneias*, ed. R. VAN DER LECQ, Nijmegen; Ingenium Publishers, 1983, II, 6, p.72-76.

(30) *Questiones Longe Super Librum Perihermeneias*, I, 7, p.33, 20-28

Como atos simples podem corresponder a atos compostos? Ockham fala bem pouco sobre isto. A pista para a solução vem da *Reportatio*. A primeira formação de uma proposição não pode ser um ato simples, mas deve ser um ato composto:

Digo que assim como na primeira apreensão ou formação de um complexo, tenho um único ato relativo ao sujeito, um outro relativo ao predicado, e um terceiro relativo à cópula, depois da primeira formação, através de uma predisposição (*mediante habitu inclinante*), por um único ato posso entender estes três <termos>, de tal maneira que estes três termos, ou três conceitos absolutos, terminam esta intelecção, e não alguma relação racional ou real. E a partir deste ato freqüentemente produzido, pode ser gerado um hábito único.<sup>31</sup>

A primeira formação de uma proposição é necessariamente composta; uma disposição a associar muitos atos a um único ato explica como formações subsequentes da proposição podem corresponder a atos simples. Este ato simples pode, por sua vez, gerar um *habitus* relativo a esta proposição. Este traço da mente humana, que tem uma predisposição a apreender por um ato simples o que pode ser apreendido por um ato complexo, explica como uma proposição mental pode ser ela mesma simples.

Ockham vai em seguida fazer uma pequena correção relativa a este texto, mas não sobre o ponto que nos interessa, a assimetria entre a primeira formação, necessariamente complexa, e formações posteriores. De fato, a primeira formação pode corresponder a três atos simples, relativos ao sujeito, ao predicado e à cópu-

---

(31) "Ideo dico quod sicut in prima apprehensione sive formatione complexi habeo unum actum respectu subiecti et alium respectu praedicati et tertium respectu copulae, ita post prima formationem – mediante habitu inclinante – per unum actum numero possum ista tria intelligere, ita quod ista tria – sive tres conceptus absoluti – terminant illam intellectionem et non aliquis respectus rationis vel realis. Et ex illo actu frequenter elicit potest generari unus habitus numero.", Rep., II, q. 13, p. 279, l. 17-24.

la, mas também a dois atos, um ato pelo qual são apreendidos os extremos e um outro ato pelo qual a cópula é apreendida juntamente com os extremos:

Se perguntares se na primeira formação de um complexo é necessário que existam três atos, digo que não. Pois quer um complexo seja formado por um conhecimento intuitivo, quer ele seja formado por um conhecimento abstrativo – e isto se os extremos forem distintos ou não –, são necessários apenas dois atos, um pelo qual inteliço os extremos apenas, e outro pelo qual inteliço a cópula com os extremos.<sup>32</sup>

Posso apreender uma negrura e uma brancura por um único ato, diz o franciscano neste famoso texto, e ter um segundo ato pelo qual a proposição é formada; no vocabulário da primeira teoria ockhamiana, o primeiro ato que termina na brancura e na negrura (*ad albedinem et nigredinem*), e um outro, que termina negativamente na cópula e nos extremos (*ad copulam et extrema negative*). Inútil procurar uma experiência capaz de confirmar, por introspecção, de quantos atos é feita uma proposição. Nenhuma fórmula do tipo '*sicut quilibet experitur in se ipso*', que aparece em outros textos ockhamianos, intervém aqui.

Se não há recurso à introspecção, que tipo de razão deve tornar plausível esta surpreendente tese ockhamiana? Uma teoria sobre a mente humana, sobre suas predisposições, que explicam como podemos apreender por um ato simples o que era apreendido por um ato complexo. Mas isto não é mais acessível à introspecção do que a determinação da estrutura noética hierárquica da proposição mental, que vai reconhecer objetos diferentes que terminam termos categoremáticos e sincategoremáticos.

A determinação da composição real da proposição mental não se faz por uma análise semântica, mas por uma teoria sobre atos mentais. Pode-se pensar

---

(32) "Si quaeras utrum in prima formatione complexi sint necessario tres actus, dico quod non. Quia sive formetur complexum mediante cognitione intuitiva sive abstractiva incomplexa – et hoc sive extrema complexi distinguantur sive non – non requiruntur nisi duo: unus quo intelligo extrema solum et alius quo intelligo compulam cum extremis." Rep., II, q. 13, l. p. 280, 16-21.

que a questão mais importante sobre a composição real da proposição mental diz respeito à primeira formação da proposição. Uma proposição mental requer, para sua primeira formação, um ato corresponde à cópula e um ato correspondente aos extremos, e seus termos são, na primeira teoria ockhamiana, os *ficta* que terminam estes atos. De certo modo, encontramos uma resposta às expectativas de uma análise mais fina da estrutura proposicional; encontramos sobretudo a separação essencial entre a cópula e os extremos, como queria Adams, mesmo se a diferença entre a análise semântica e a determinação da composição real da proposição permanece.<sup>33</sup> De fato, a se seguir esta análise ockhamiana, não sabemos como descrever exatamente uma proposição mental como '*Sortes currit*', enquanto '*Sortes est currens*' não traz problema algum. Não é certo contudo que estas expectativas sejam imeditamente satisfeitas. Esta passagem se encontra numa questão na qual apenas a teoria do conceito como *fictum* é considerada; Elizabeth Karger a utiliza para fundamentar sua tese segundo a qual, nas proposições singulares, as coisas elas mesmas terminam o ato intelectual e são parte da proposição.<sup>34</sup> Este texto não pode nos dar a resposta que buscamos: se as coisas elas mesmas compõem a proposição mental, não há necessidade de algum critério teórico para reconhecer os termos de uma proposição mental, ou antes estes critérios são os mesmos critérios de individuação de coisas.

Nada disto no entanto explica a surpreendente tese ockhamiana, segundo a qual a proposição pode corresponder a um ato simples. O que o texto da *Reportatio* sugere é a distinção entre a primeira formação, que é necessariamente composta, das formações subseqüentes, que parecem então poder ser simples. Um ato simples pode apreender, numa segunda formação, uma proposição que inicialmente foi

---

(33) Deve-se observar que se é possível encontrar numa equivalência semântica entre uma proposição com três elementos e uma proposição com dois elementos (por exemplo, '*Socrates currit*' e '*Socrates est currens*'), ela associará a cópula ao predicado, e não o sujeito ao predicado, como acabamos de ver.

(34) KARGER, Elizabeth. Théories de la Pensée, de ses Objets et de son Discours chez Guillaume d'Occam, *Dialogue*, 33 (1994), 441; William of Ockham, Walter Chatton and Adam of Wodeham on the Objects of Knowledge and Belief, *Vivarium*, 33 (1995), 212.

composta, e a partir deste ato simples, um *habitus* ele mesmo simples é engendrado. A explicação é surpreendentemente simples, na verdade, ela parece simplesmente um gesto arbitrário. O mais importante aqui no entanto é encontrar o terreno adequado de abordagem desta teoria: a proposição pode corresponder a um ato simples porque a mente pode apreender um composto por um ato simples (ou pode ter um ato simples que corresponda a um ato composto).

V

Esta associação de um ato simples a uma proposição não foi objeto de muita atenção na literatura secundária. Uma importante exceção é Calvin Normore. A LM não desempenha unicamente o papel de explicar a semântica de línguas convencionais, mas é também um meio de comunicação « *on its own right* », para telepatas e anjos, e deve ser assim « *in some sense concrete* ». <sup>35</sup> Encontramos a tese surpreendente de Ockham na explicação do caráter concreto da LM. A associação de uma proposição complexa a um ato simples parece trazer problemas para a LM considerada como meio de comunicação. De fato, como compreender estas proposições simples, se não se pode recorrer a processos de interpretação recursivos? <sup>36</sup> Mas isto é de fato um problema para Ockham?

Inicialmente, não me parece que esta seja a motivação para estes textos ockhamianos. Nem o comentário ao *Peri Hermeneias*, nem a questão do comentário à *Física* tratam da linguagem dos anjos. A questão citada da *Reportatio*, trata da intelecção dos anjos, mas não os textos que examinam o ponto preciso examinado – eles são escritos na primeira pessoa. Além disto, qualquer que seja a importân-

---

(35) NORMORE, Calvin. Ockham on Mental Language, In SMITH, J. C. (ed.) *Historical Foundations of Cognitive Science*, Dordrecht; Kluwer, 1990, 61-64.

(36) “ If each sentence is a distinct primitive mental act, then decoding each sentence will be a completely novel experience in which my knowledge of other acts will be of no help.”, NORMORE, *art. cit.*, 64.

cia heurística da linguagem dos anjos para filosofia medieval,<sup>37</sup> trata-se de uma construção especulativa que não impõe restrições sobre teorias da mente e da linguagem; ao contrário, ela é antes um área de testes para teorias construídas a partir de domínios acerca dos quais há uma experiência possível. O *explanandum* da teoria ockhamiana da LM é a linguagem humana, e ela deve ser concreta para explicar como o pensamento humano, que surge a partir da experiência do mundo, se organiza numa forma lingüística e atribui significação às formas lingüísticas convencionais. Normore, que reconhece este papel da LM, não precisa acrescentar uma motivação suplementar para que ela seja « *in some sense concrete* ».

O problema colocado por Normore serve no entanto para esclarecer o que está e o que não está em jogo aqui, e o que está em jogo é o princípio de composicionalidade. Estendendo a textos posteriores a solução da *Reportatio*, que leva a uma assimetria entre a primeira formação, necessariamente complexa, e formações posteriores de proposições mentais, devemos tratar o problema em dois momentos. Inicialmente, examinar os argumentos a favor da composicionalidade e, em seguida, ver se eles permitem esta assimetria entre a primeira formação, composta, e as formações posteriores, que podem ser simples. A partir do atomismo semântico de Ockham, há dois argumentos para se adotar o princípio de composicionalidade, a obtenção de conceitos e a explicação da denotação (i.e. das condições de verdade) das proposições por propriedades semânticas de suas partes.<sup>38</sup>

---

(37) Sobre este ponto, ver PANACCIO, Claude. *Angel's Talk, mental Language, and the Transparency of the Mind*, In MARMO, C. (Ed.) *Vestigia, Imagines, Verba – Semiotics and Logic in Medieval Theological Texts (XIIth-XIVth Century)*, Brepols, 1997, 323-335.

(38) Três dos quatro argumentos apresentados por Francis Pelletier em favor do princípio de composicionalidade estão representados por estes dois casos: a definição composicional de noções semânticas (“Compositionality is the only way to get an account of semantics notions such as truth, validity and inference, etc.”) e a possibilidade de aprender e interpretar uma linguagem (“If a language lacked compositionality it would be *unlearnable*”; “Compositionality is the only explanation of how a finite mechanism (such as the human brain/mind) can *understand* an infinite

A aquisição dos conceitos se dá, para Ockham, de maneira atomizada, a partir da experiência das coisas.<sup>39</sup> Uma vez adquiridos os termos, pode-se pensar que a mente associe, num mesmo ato, termos que ela adquiriu separadamente. Não parece que haja problemas nesta passagem de muitos atos simples a um único ato composto. A situação não é tão simples para o segundo argumento: como explicar as condições de verdade de proposições que correspondem a um ato simples? Vamos partir do modo como Normore coloca o problema: como compreender estas proposições simples, sem recorrer a processos de interpretação recursivos?<sup>40</sup> Para seres humanos, tal problema não se põe, já que a comunicação se faz unicamente através das linguagens escrita e falada, na qual proposições sempre são complexas.<sup>41</sup> Ockham diz apenas que o ato pelo qual apreendo uma proposição falada complexa pode ele mesmo ser simples, e este ato simples será equivalente a uma proposição complexa, cuja denotação pode ser explicada da

---

set of sentences. (Without compositionality, novel utterances would be non-understandable)", PELLETIER, Francis J. The Principle of Semantic Compositionality, *Topoi*, 13 (1994), 18. A teoria do conhecimento evidente, da qual não tratarei aqui, fornece um outro argumento, dentro da teoria ockhamiana, para a composição real da proposição mental - podemos reconhecer aí o quarto argumento apresentado por Pelletier em favor do princípio de composicionalidade: "Semantics is a mirror of our cognitive states. Our cognitive states are compositional, and therefore, semantics must be compositional.", PELLETIER, *art. cit.*, 18. Não mais do que os argumentos precedentes, a epistemologia não oferece uma determinação direta da estrutura da LM. Note-se que o texto de Pelletier é uma crítica ao princípio de composicionalidade.

(39) Ver Exp. Per., I, Prooe., 6, l. 11-32, p. 352 e SL, I, 1, l. 53-65, p. 8-9. Uma excelente discussão do atomismo ockhamiano encontra-se em PANACCIO, Claude. *Les Mots, les Concepts et les Choses*, Montréal-Paris; Bellarmin-Vrin, 1992: sobre a origem dos conceitos, ver p. 145-150.

(40) "If each sentence is a distinct primitive mental act, then decoding each sentence will be a completely novel experience in which my knowledge of other acts will be of no help.", NORMORE, *art. cit.*, 64.

(41) A introdução convencional de uma letra para representar uma proposição, à qual faz alusão o tratado do século XV citado na nota 22, não representa uma exceção, correspondendo sempre a um ato posterior à enunciação de uma proposição completa.



maneira composicional usual. A associação entre o ato simples e a proposição complexa é feita pela mente que, partindo de uma proposição realmente complexa, apreende o que é dito num ato simples. A semântica composicional da proposição apreendida não é em nada comprometida, em todos os textos nos quais Ockham expõe sua tese surpreendente, ele diz que a ato mental simples é equivalente semanticamente à proposição complexa, e de fato seria ele mesmo complexo, se uma proposição complexa fosse formada.

O que dizer sobre a comunicação de anjos e telepatas? Talvez anjos e telepatas possam identificar a que proposição complexa está associado um ato mental simples, na transmissão radiofônica do pensamento;<sup>42</sup> talvez anjos também possam ter seus segredos e esconder, por trás de um ato simples, a aquilo que pensam.<sup>43</sup> De qualquer modo, isto não tem importância alguma. De fato, o que Ockham poderia saber sobre tal comunicação, senão como uma projeção de uma teoria construída a partir da linguagem humana? Mais importante do que reconhecer que, por mais medieval que seja, Ockham, como qualquer outro, desenvolveu sua filosofia a partir de experiências possíveis a ele como a nós (que não incluem a comunicação de e com anjos e telepatas, se os houver), é ver os diferentes domínios de que trata a teoria da linguagem mental.

#### RESUMO

*A linguagem mental explica o caráter significativo das linguagens escrita e falada ; seus elementos e estruturas são identificados através de critérios teóricos que servem a este fim. Estes critérios parecem manter uma certa*

---

(42) "Now, Ockham's picture, by contrast, is more that of a radio system: the hearer is the one who decides on who he wants to listen to, while the speaking angel can be heard whenever he speaks by any other angel who happens to be listening.", PANACCIO, *art. cit.*, 325. Panaccio opõe o modelo radiofônico ockhamiano ao modelo telefônico de Tomás de Aquino.

(43) Texto citado por Panaccio para justificar o modelo radiofônico inclui uma cláusula que a comunicação ocorrerá se não for de algum modo impedida ("*...et non sint aliquo modo impediti.*", *apud* PANACCIO, *art. cit.*, 332n).

## A COMPOSIÇÃO REAL DA PROPOSIÇÃO MENTAL OCKHAMIANA

ANALYTICA

volume 9  
número 1  
2005

*indeterminação em relação aos elementos e estruturas da linguagem mental, se se espera que eles decidam entre diferentes formas de apresentação possíveis. Esta expectativa, contudo, não é razoável dentro da filosofia ockhamiana. A teoria da linguagem mental pode desempenhar os papéis teóricos a ela destinados sem determinar a forma que deveria ter uma linguagem canônica que a apresentasse. Há no entanto uma outra indeterminação na forma da proposição mental, relativa a ocorrências de proposições, que efetivamente ocorre nos textos ockhamianos : proposições mentais podem ser atos mentais simples e ter uma semântica composicional. Esta tese surpreendente nos lembra que embora a análise semântica que identifica estruturas da linguagem mental descreva algo que tem uma realidade psicológica, a descrição psicológica ela mesma deve recorrer a outros elementos da filosofia ockhamiana, e em particular sua teoria dos atos mentais.*

**Palavras-chave:** *Guilherme de Ockham, linguagem mental, princípio de composicionalidade*

### ABSTRACT

*Mental language explains the significative character of written and spoken languages ; its elements and structures are identified by criteria that belong to a theory serving this purpose. It seems that these criteria allow a certain indeterminacy, if we expect to choose among different possible canonical presentations of mental language. But such a choice is not necessary at all for mental language to serve its theoretical purposes. There is a kind a indeterminacy, concerning tokens of mental propositions, that can really be found in Ockham's texts : a mental proposition can be a simple mental act, and have a compositional semantics. This astonishing thesis reminds us that although semantical analysis that identify structures of mental language describes a psychological reality, the psychological description itself must also take account of other domains of Ockham's philosophy, in particular his theory of mental acts.*

**Keywords:** *William of Ockham, mental language, compositionality principle*

Recebido em 01/2005

Aprovado em 10/2005